

REVISTA MARACANAN

Dossiê

Plantai para a vitória: a atuação do Ministério da Agricultura e seus técnicos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945)

Plant for victory: the role of the Ministry of Agriculture and its technicians during World War II (1942-1945)

Carolina da Cunha Rocha*


Escola Nacional de Administração Pública
Brasília, Distrito Federal, Brasil.

Recebido em: 17 jan. 2022.

Aprovado em: 06 mai. 2022.



* Doutora e Mestre em História pelo El Colegio do México. Mestre em História das Ideias pela Universidade de Brasília. Técnica em Assuntos Educacionais na Coordenação Geral de Pesquisa pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP). Especialista em Globalização, Justiça e Segurança Humana pela Escola Superior do Ministério Público da União. Graduada em História pela Universidade de Brasília. (carolinatrazom@gmail.com).

 <https://orcid.org/0000-0002-4576-7008>

 <http://lattes.cnpq.br/0108228433817311>

Resumo

O artigo analisa a gestão do Ministério da Agricultura (MA) e de seus técnicos durante o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial, períodos que atuaram como intervenientes diretos no crescente peso da ciência e da técnica na gestão das políticas para o campo, tornando-se elementos fundamentais para as reformas do órgão no período compreendido entre 1939 e 1945. Apoiando-se na análise dos relatórios anuais do MA, nos boletins informativos do órgão, assim como no material produzido pelo Serviço de Informação Agrícola (SIA) e também pela Revista do Serviço Público (RSP), foi possível identificar que neste período se consolidou no Brasil uma administração agrária baseada em uma burocracia técnica especializada no estudo dos problemas rurais, na elaboração de projetos voltados à modernização rural, bem como ao controle e reforma da sociedade e da economia nacional. Elementos que revelaram a íntima ligação entre a elaboração e implementação de políticas agrárias nacionais acompanhadas pela intervenção da ciência na produção agrícola.

Palavras-chave: Ministério da Agricultura. Burocracia técnica. Intercâmbios técnicos. Segunda Guerra Mundial. História Agrária.

Abstract

The article analyzes the management of the Ministry of Agriculture (MA) and its technicians during the Estado Novo and the Second World War, periods that acted as direct players in the growing weight of science and technology in the management of policies for the countryside, making it fundamental elements for the reforms of the organ in the period between 1939 and 1945. Based on the analysis of the annual reports of the MA, in the informative bulletins of the organ, as well as in the material produced by the Agricultural Information Service (SIA) and also by the *Revista do Serviço Público* (RSP), it was possible to identify that in this period an agrarian administration was consolidated in Brazil based on a technical bureaucracy specialized in the study of rural problems, in the elaboration of projects aimed at rural modernization, as well as the control and reform of society and of the national economy, which revealed the close connection between the elaboration and implementation of national agrarian policies accompanied by the intervention of science in agricultural production.

Keywords: Ministry of Agriculture. Technical Bureaucracy. Technical exchanges. World War II. Agrarian History.

"Une armée marche avec son estomac".

Napoleón Bonaparte

Introdução

O objetivo deste artigo é entender o papel do Estado Novo (1937-1945) e da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) como momentos históricos impactantes na condução das políticas agrárias do Ministério da Agricultura (MA), especialmente no que concerne à capacitação técnica de seus agentes técnicos. Apoiando-se na análise dos relatórios anuais do MA, nos seus boletins ministeriais (espécie de revista mensal de circulação interna com os principais feitos administrativos e técnicos do órgão), além do material produzido pelo Serviço de Informação Agrícola (SIA) e artigos de temática agrária encontrados na *Revista do Serviço Público* (RSP), foi possível constatar que nos diferentes governos da gestão de Getúlio Vargas (1882-1954) (1930-1945 e 1951-1954), consolidou-se no Brasil uma administração agrária que exigiu a formação científica e especialização profissional de técnicos e especialistas em questões rurais e administrativas. Tais profissionais seriam destinados a elaborar projetos voltados à modernização agrária, bem como ao controle e à reforma da sociedade e da economia nacional, sendo o auge de investimentos em termos tecnocientíficos encontrado a partir do Estado Novo e expandido durante a Segunda Guerra Mundial.

Este trabalho utilizou como referencial teórico as obras de Timothy Mitchell (2002) e Tiago Saraiva (2016) autores que identificaram que a partir do início do século XX a política de desenvolvimento nacional e crescimento econômico de muitos países ocidentais era uma política tecnocientífica, que se baseava na promoção de um tipo de conhecimento capaz de melhorar os defeitos da natureza, transformar a agricultura tradicional, de corrigir as falhas da sociedade e, dessa forma, consertar a economia nacional (MITCHELL, 2002, p. 12-15). Nesse sentido, esta pesquisa identificou, para o caso brasileiro, um processo de elaboração intelectual semelhante. Se durante o período monárquico brasileiro os agentes que atuavam na esfera pública não possuíam nenhuma formação científica, nem seguiam qualquer norma burocrática ou ordem racional nos métodos administrativos, sendo seu poder oriundo das relações pessoais ou de classe a que pertenciam, é possível afirmar que a primeira reforma administrativa tentada nos anos iniciais da República caracterizou-se por tentar formar uma *intelligentsia*, sob o conceito de Karl Manhein (1893-1947). Nela, determinados atores sensíveis às ideias/demandas sociais em discussão tentaram orientar e compreender racionalmente as mudanças sociais, ao mesmo tempo em que desenvolviam propostas de intervenção social (BRASIL, CEPÊDA & MEDEIROS,

2014, p. 6). Além disso, o surgimento de certas profissões associadas à ideia de futuro baseou-se, segundo Dominichi Miranda de Sá, na ideia de racionalização, especialização de atividades e funções, fascínio pelo controle técnico da natureza, do positivismo na divisão do trabalho e na interdependência das relações sociais como critérios fundamentais para garantir o padrão de progresso de uma sociedade (SÁ, 2006, p. 82).

Nesse sentido, segundo Mitchell, os técnicos, personagens surgidos a partir da revolução cientificista a fins do século XIX e início do século XX, ofereciam mais do que a promessa de desenvolvimento agrícola ou de progresso, eles ofereciam a possibilidade de readequação do espaço natural como forma de demonstrar a força do Estado Moderno e seu poder econômico. Desse modo, havia que institucionalizar o progresso social e econômico, construir um Estado forte, onde a natureza fosse vista como sustentadora do desenvolvimento nacional (MITCHELL, 2002, p. 12-15). Tais ideias se perpetuaram na política agrária do período, transitando da Primeira República para os anos da gestão Vargas e estiveram diretamente associadas a um processo civilizatório em âmbito nacional. Tal processo buscava abandonar as antigas concepções de campo brasileiro e substituí-las pela noção de um setor agrícola produtivo, composto por trabalhadores rurais saudáveis e capazes para impulsionar a economia do país, ocorrendo aí o saneamento da população rural e de seus métodos tradicionais de cultivo, considerados um entrave para os projetos modernizantes de Estado.

Durante décadas, estudos sobre o MA e as políticas para o setor rural foram consideradas questões secundárias pela historiografia nacional quando se tratava de pensar os diferentes governos Vargas. Apesar disso, é possível afirmar que a gestão agrária varguista foi ativa e se orientou no sentido de promover a modernização do campo por meio de políticas muito diversas, tais como: a ampla divulgação dos programas de extensão agrícola; campanhas nacionais de cultivos que tinham maior possibilidade de expressão econômica; estímulo à produção de gasogênio e novas fontes de energia; o incentivo ao controle, à organização e à defesa da produção; a formação de clubes agrícolas para a formação da juventude rural; a realização de semanas ruralistas e missões rurais; a propaganda massiva de novas técnicas por meio do rádio e do cinema; expansão dos cursos de economia doméstica para mulheres do campo; missões de assessoramento técnico no exterior; diplomacia agrária internacional entre outros métodos (cf. ROCHA, 2021).

Nesse sentido, a palavra "técnicos" aparece nas fontes oficiais do MA da época como uma referência a agrônomos, veterinários, químicos, economistas rurais, estatísticos, extensionistas, sociólogos rurais entre tantas outras carreiras agrárias, profissionais que foram integrados a uma lógica de especialização e profissionalização na administração pública federal do Brasil para aqueles anos. Dessa forma, é possível afirmar que foi durante os anos do regime Vargas que se consolidou no Brasil com maior nitidez uma administração agrária baseada em uma burocracia verdadeiramente técnica, especializada no estudo dos problemas do campo, em desenhar projetos de modernização rural, assim como destinada ao controle e à reforma da sociedade e da economia nacional. Elementos que revelaram a íntima ligação entre a elaboração e

implementação de políticas agrárias nacionais acompanhadas da intervenção da ciência na produção agrícola.

O Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial como motores das políticas agrícolas do Ministério da Agricultura (MA)

O ponto de convergência dos novos debates políticos e administrativos no início da década de 1930, estava centrado na necessidade de fortalecer e moralizar o Estado, sendo necessário criar mecanismos de gestão mais adequados para alcançar resultados efetivos, além de se buscar conciliar divergências políticas e regionais como meios para alcançar o tão sonhado progresso nacional. Diante do caos social e do atraso econômico, era preciso engendrar uma nova ordem no país, sustentada por instituições governamentais estáveis, pautadas por normas administrativas científicas e modernas metodologias de gestão. Estas novas instituições seriam lideradas por agentes neutros, ou seja, burocratas que atuariam como intermediários entre sociedade e ente político, homens e mulheres com legítimo conhecimento da técnica e da ação prática, treinados para atuar dentro das regras administrativas e dos rigores da ciência e, portanto, não sujeito aos vícios da Primeira República (corrupção, patrimonialismo, clientelismo etc).

O MA também seria objeto dessas reformas, sendo algumas delas iniciadas sob a direção do ministro Juarez Távora (1898-1975) (1930-1934), as quais versaram sobre a regulamentação das carreiras de agrônomo e médico veterinário com o decreto-lei n.19.398 de 1933. O regramento garantiu, em seu artigo nº 6, a preferência de recrutamento para cargos federais para profissionais dessas carreiras formados nas escolas superiores agrárias subordinadas ao MA. Além disso, assegurou postos de chefia dos mais importantes departamentos do órgão a agrônomos e médicos veterinários, ou seja, profissionais de carreira, os ocuparam pela primeira vez funções eminentemente técnicas dentro do organismo (cf. ROCHA, 2021).

No entanto, é importante ressaltar que algumas das principais transformações administrativas no MA coincidiram com a implantação do Estado Novo, etapa histórica que deu início a um amplo conjunto de reformas gerenciais e políticas, especialmente com a implantação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP). O departamento promoveu a formação de uma elite burocrática, amparada por uma cultura científica e técnica especializada, dispersa em diferentes ministérios, que assumiu cargos de chefia de divisões e seções, ordenando orçamentos, introduzindo novos métodos e técnicas considerados mais racionais e eficientes para os serviços burocráticos (por exemplo, a universalização de procedimentos), assim como organizou os processos seletivos de ingresso na carreira pública (acesso meritocrático e concursos públicos).

Em termos específicos de formação de pessoal, DASP atuou diretamente em coordenação com o MA, fosse em campanhas de difusão de melhores práticas administrativas ou orientando a realização de cursos, tanto em solo nacional como estrangeiro. O Boletim Ministerial de julho

de 1941 informava que o Serviço de Informações Agrícolas (SIA) do MA atuava em perfeita integração com o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e o DASP, especialmente na divulgação de campanhas agrícolas e boas práticas administrativas para o setor agrário tanto entre departamentos do ministério, bem como com entre as secretarias estaduais (BMA, jul. 1941, p. 76-78). Além disso, segundo o presidente do DASP, Luís Simões Lopes (1903-1994), o MA concentrava o maior núcleo de técnicos de valor em agronomia, veterinária, química, engenharia de minas, entre outras áreas, do país, algo que facilitaria o progresso técnico e econômico do Brasil. Por isso, foram implementados primeiramente no ministério em 1939, antes mesmo dos demais ministérios, os primeiros cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão (CAE), funcionando como uma espécie de laboratório de formação de técnicos de Estado, algo que seria expandido para toda a esfera federal (*Idem*).

A edição número 1 da *Revista do Serviço Público* (RSP) de 1939, serve de testemunho sobre como o MA foi diretamente atingido por estas ondas reformistas daspianas. O editorial da revista foi dedicado às transformações administrativas recentemente realizadas no órgão, assim como trouxe um artigo intitulado *A reforma do Ministério da Agricultura*, de autoria de Heitor da Silveira Grillo (1902-1971), diretor da Escola Nacional de Agronomia (ENA). O editor-chefe da revista, Urbano C. Berquó, afirmou no editorial que, em menos de trinta anos de existência, o MA havia passado por grandes reformas devido ao grande mal que o assolava: a ausência de um plano de ação. Segundo ele não era mais possível dizer que o país era essencialmente agrícola diante do avançado estado da indústria nacional, cujo crescimento foi tão rápido que se igualou ao da produção rural. Apesar de que as atividades agrícolas continuaram a ter grande relevância, o MA não se limitou a uma ação exclusiva no domínio agropecuário, visto que dentro das suas atribuições estava incluída, a partir de então, a promoção e a orientação de toda a produção extrativa, essenciais à independência econômica do país. Nesse sentido, era possível chamá-lo de Ministério da Produção Básica, devido à sua importância capital para o progresso econômico do país (RSP, jan. 1939, p. 3-4).

A reforma do órgão seguiu três grandes eixos: 1) manutenção dos três grandes departamentos nacionais criados no governo de Juárez Távora, que eram os Departamentos Nacionais de Produção Animal, Vegetal e Mineral; 2) implantação de novos órgãos desvinculados dos departamentos nacionais e que garantiam ao ministro o controle direto sobre determinadas áreas classificadas como prioritárias; 3) aceleração do processo de centralização/nacionalização das decisões econômicas no campo da agricultura por meio da instalação de agências ministeriais em todas as regiões do país. Neste último caso, foram instalados serviços de Fomento da Produção Vegetal (um por estado), inspetorias de Defesa Sanitária Animal (em um total de sete pelas grandes regiões do país), inspetorias de Defesa Sanitária Vegetal (em um total de oito por região) e Inspetorias Agrícolas estaduais (MENDONÇA, 2013, p. 61).

O comando desta grande reforma ministerial, ocorrida entre 1938 e 1939, coube ao ministro da Agricultura Fernando Costa (1886-1946), cuja gestão iniciou em 1937 e quem permaneceria no cargo até 1941. No Boletim Ministerial de dezembro de 1940, Costa era definido como: "o primeiro diretor agrônomo, o primeiro deputado agrônomo, o primeiro secretário

estadual agrônomo e o primeiro ministro agrônomo” (BMA, dez. 1940, p. 48-50). A sua eleição para Ministro da Agricultura baseou-se tanto em fatores técnicos, já que foi o primeiro agrônomo a ocupar a posição mais alta da gestão federal agrária do país (em obediência aos princípios daspianos), quanto políticos, pois sua presença buscou servir como elemento de harmonização entre os conflitos internos da classe dominante agrária, segundo Sônia Regina de Mendonça (*Ibidem*, p. 60). Até o momento, o MA havia sido ocupado por representantes de estados não vinculados a produção hegemônica do café, sendo os representantes de São Paulo relegados a segundo plano na gestão do órgão. Costa, no entanto, era de origem paulista, formou-se engenheiro agrônomo na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiróz (ESALQ), obteve grande sucesso como Secretário da Agricultura do Estado de São Paulo entre 1924 e 1930, e atuou como presidente do Departamento Nacional do Café (1935-1936), além de naqueles anos ter se tornado um grande fazendeiro e industrial no ramo têxtil.¹ Foi precisamente durante a gestão do ministro Costa que se iniciou a Segunda Guerra Mundial.

A posição do Brasil durante o conflito, tanto no que se refere ao mercado internacional quanto ao continente americano, foi amplamente estudada pela historiografia nacional, por isso não se pretende reproduzir em profundidade tais discussões neste trabalho. Este artigo se centra principalmente nos impactos e efeitos da guerra nas políticas relacionadas com o MA, nas reformas que este órgão ensejou na sua estrutura organizacional e nas políticas que foram impulsionadas para o setor produtivo nacional. Além disso, a pesquisa se centra, sobretudo, na prioridade dada pelo governo da época ao desenvolvimento de uma educação técnico e científica dos profissionais vinculados ao setor agrário.

Para grande parte da historiografia brasileira o estalar da guerra foi mais impactante para a política nacional que a implantação do Estado Novo. Nos anos prévios à guerra, o jogo pendular estabelecido por Brasil entre Alemanha e Estados Unidos buscou extrair de ambos maiores vantagens comerciais e tecnológicas, política definida por Gerson Moura como “equidistância pragmática”, principalmente entre 1935 a 1941. Para Amado Cervo, essa política visava extrair insumos de desenvolvimento do sistema internacional, em consonância com as metas estabelecidas para atender às demandas internas. Portanto, a decisão de alinhar-se ou não aos poderes totalitários ou democráticos foi adiada ao máximo possível a ponto de fazer valer o poder de negociação em caso de eventual participação no conflito de guerra (CERVO & BUENO, 2015, p. 32). A política oscilante de Vargas teve fim apenas com o ataque japonês a *Pearl Harbor*, em 07 de dezembro de 1941, momento em que os Estados Unidos exigiram a solidariedade continental dos países americanos. É fato que muito do apoio brasileiro aos aliados se deve à política de boa vizinhança de Franklin Delano Roosevelt (1882-1945). Segundo Boris Fausto, ao apoiar os países alinhados, Vargas passou a falar mais claramente a linguagem do pan-americanismo, ao mesmo tempo que desejava reequipar o país econômica e militarmente, impondo condições de apoio aos Estados Unidos. Por trás da retórica edificante estava a estratégia de promover a integração econômica no hemisfério: de um lado, o desejo do governo

¹ CPDOC/FGV. Entrada: Fernando Costa.

brasileiro de acessar o mercado dos Estados Unidos; de outro, o interesse dos Estados Unidos em recuperar a economia desestabilizada pela guerra (FAUSTO, 2001, p. 211).

Diferentes foram os resultados dessa política, desde a implantação da siderurgia nacional de Volta Redonda no Rio de Janeiro, ao envio de apoio militar por parte do Brasil com a Força Expedicionária Brasileira (FEB) para ações na Itália, a permissão de instalação de bases militares estadunidenses no Norte e Nordeste do país, até a contratação de trabalhadores para a extração da borracha, os chamados "soldados da borracha", matéria-prima considerada essencial para os esforços de guerra. Dessa forma, o presidente Vargas entendeu que o Brasil era um fator importante nos planos de defesa dos Estados Unidos e tentou extrair dos aliados todas as vantagens possíveis no âmbito das relações internacionais. Essa dinâmica ficou bastante evidente nos acordos de cooperação para a concretização de políticas públicas para o setor rural, num momento em que se tornava mais evidente a ingerência do governo dos Estados Unidos no campo brasileiro, uma vez que sua atuação era voltada para a consecução de fins econômicos e produtivos, assim como a defesa de interesses geopolíticos e ideológicos no continente.

Nesse sentido, o papel do Brasil como fornecedor de matéria-prima para os aliados foi um fator relevante na condução da política agrária do país por parte do MA, aparecendo tanto como justificativa para a implementação de medidas de proteção dos produtos, como para a organização da produção nos seus diversos níveis. Ao lado de um ministério em guerra, é possível afirmar que existia um ministério voltado para a promoção da produção agroindustrial e industrial, das estruturas extrativistas e da educação técnica e rural em geral. Assim, como resultado das pressões na economia mundial e dos acordos estratégicos binacionais do Brasil com os países aliados, houve uma orientação muito clara para a condução da economia da produção, vista a partir de então como uma questão estratégica. Desta maneira, os mais diversos setores, tanto de energia, mineração, como de fomento à produção animal e vegetal (e mesmo as agroindústrias de azeites, óleos vegetais, laticínios e borracha) ficaram a cargo de distintos órgãos da administração federal e também do próprio MA, fazendo com que houvesse prioridades estratégicas orientadas tanto para um plano de crescimento e industrialização interna, como para o alinhamento com as forças aliadas.

Desse modo, para o ministro Costa, com a Segunda Guerra Mundial, o papel legado aos países periféricos passou a ser o de oferecer produtos primários a preços muito baixos em relação à demanda externa e para isso foi necessária a intervenção do Estado para adequar a oferta ao aumento de pedidos de produtos (RMA, 1939-2, p. 60). Por isso, as importações, a manufatura e a distribuição de matérias-primas passaram a ser controladas e regulamentadas, e dessa forma, a política aplicada à indústria estendeu-se à agricultura. Assim, foi criado um novo capítulo da política econômica com a organização dos mercados dos produtos agrícolas, com a criação de órgãos encarregados de coordenar as medidas para cada produto, além medidas de controle, organização, fiscalização e defesa da produção agropecuária que visavam agora seguir os parâmetros de exportação e com isso garantir um espaço ao Brasil no mercado internacional em expansão. Segundo Costa, nesses órgãos, o poder público passou a agir em colaboração com os particulares, produtores e consumidores, aplicando princípios da economia

dirigida, passando os métodos técnicos a exercer uma ação decisiva sobre as profissões agropecuárias. Ao mesmo tempo, os planos de produção passaram para a competência dos conselhos técnicos e econômicos, com amplos poderes de intervenção na produção nacional, mesmo em questões fiscais e comerciais, tudo isso em face das difíceis condições econômicas na esfera mundial e da necessidade de garantir um espaço aos produtos brasileiros no mercado internacional (RMA, 1939-2, p. 60).

Essa nova orientação política para o setor agropecuário também foi exposta no Boletim do Ministério da Agricultura de agosto de 1941, que trazia uma entrevista com o engenheiro agrônomo Arthur Torres Filho (1889-1960), intelectual e técnico de renome nacional, que na época era Diretor do Serviço de Economia Rural (SER) do MA, sobre quais seriam as consequências do conflito internacional na vida rural brasileira. É possível afirmar que suas falas sintetizaram algumas das ideias que foram adotadas pelo MA quando o Brasil adentrou no conflito mundial. Torres Filho afirmava que, com o fechamento dos mercados consumidores europeus para cerca de 50% dos produtos brasileiros, era necessário fortalecer o mercado interno e estimular o intercâmbio de produtos no espaço pan-americano. Segundo o agrônomo, a base da economia política do Brasil residia na ruralização do país, e o crescimento industrial dependia do apoio encontrado nas fontes de produção agropecuária (BMA, ago. 1941, p. 17-23). O progresso da agricultura em tempos de guerra estava sujeito, portanto, à articulação da técnica, da economia e da sociologia agrária. O tripé seria sustentado pela assistência social e econômica aos trabalhadores rurais (da recuperação da saúde e educação à formação de sindicatos e sindicatos agrícolas), pela realização de pesquisas econômicas e sociais, e, por fim, pela assistência financeira e creditícia. Tripé que se expandiria no final da guerra, especialmente a partir do contexto da Guerra Fria, e em governos posteriores ao de Vargas (*Idem*).

Costa encerrou o mandato em 1941, assumindo em 1942 a direção do MA o pernambucano Apolônio Sales (1904-1982), especialista em produtos tropicais, como algodão e cana-de-açúcar. Sales havia sido professor de Economia Rural da Escola Superior de Agricultura de Pernambuco, além de assistente do Serviço de Experimentação Agropecuária e secretário da Agricultura do estado de Pernambuco e quem comandaria o ministério por duas vezes: de 1942 a 1945 e, posteriormente, em 1954.² Segundo Newton de Castro Belleza, Sales estava acostumado com as limitações financeiras da administração pública quando atuou como secretário da Agricultura de Pernambuco, área habituada a períodos de secas severas, taxas de produção mais lentas e pouco investimento, por isso sua escolha como ministro em plena época de guerra atendia a ideia de que era necessário economizar ao máximo possível os pequenos recursos disponíveis (BELLEZA, 1955, pp. 30-31). Desta forma, o novo ministro pretendeu dar à gestão do MA um sentido de maior economia, especialmente no referente aos orçamentos estaduais em tempos de guerra, não necessariamente restringindo gastos, mas, sobretudo, procurando traduzir em renda a atividade agrícola dos organismos que estavam sob competência

² CPDOC/FGV. Entrada: Apolônio Jorge de Farias Sales.

do ministério. É possível afirmar que a nova ideologia rural defendida por Torres Filho se transformaria em prática política no mundo agrário brasileiro sob a gestão de Sales.

Com Sales a transformação agrária foi preparada para as novas demandas internacionais que exigiam do Brasil maior participação produtiva, seguindo o lema da "mobilização total" para o enfrentamento da grande guerra. A campanha iniciada por Vargas, cuja frase síntese era "Produzir mais e melhor", expressava o objetivo de unir esforços para acelerar o ritmo do progresso econômico com o estímulo à agricultura. Desta forma, o objetivo era garantir tanto as exigências do mercado interno como a conquista da liderança no fornecimento de matérias-primas nos mercados internacionais. Segundo Vargas, "como as formigas previdentes, era preciso ter celeiros cheios" (BMA, jan. 1942, p. 63). Para que a ordem presidencial fosse cumprida, o MA passou a exigir a colaboração de todos os produtores do país, no sentido de intensificar suas atividades e melhorar a produção, estimulando agricultores, criadores e industriais rurais a seguirem os conselhos de técnicos do ministério, além de serem incentivados a buscar seu apoio. Era comum encontrar nos boletins ministeriais do MA durante os anos de guerra frases como: "Os alimentos são uma arma na luta contra o hitlerismo"; "A comida vencerá a guerra e fará a paz"; "A missão do agrônomo é a paz e a civilização"; "Produtores do Brasil, cumpram suas funções enchendo os celeiros de nosso país"; e, o mais popular deles, "Plantar para a vitória". A partir de então, a campanha midiática do governo Vargas objetivou incitar nos trabalhadores rurais deveres morais e cívicos para com a nação, sendo as classes produtoras entendidas como soldados na linha de frente do esforço de guerra.

O mesmo estímulo foi aplicado aos técnicos do ministério, cuja função social passou a assumir novas magnitudes diante do contexto bélico. Nos boletins ministeriais do órgão, os artigos publicados apresentavam o MA como órgão de vital importância para a administração pública brasileira, principalmente porque ele contava com um grande núcleo de especialistas, incluindo agrônomos, veterinários, engenheiros de minas, químicos e economistas. Em muitos textos foi afirmado que o sucesso da missão dos técnicos agrários do ministério "dependia o futuro econômico do Brasil" (BMA, abr. 1942, p. 23-24). Nesse sentido, pode-se afirmar que a ideologia promovida pelo governo atribuía a algumas das classes técnicas do MA a responsabilidade de alimentar as tropas, bem como o dever de fornecer matéria-prima aos países aliados. Desse modo, fica evidente a correlação entre as reformas inseridas em uma situação de profunda transformação política no Brasil com as mudanças inspiradas nas circunstâncias geopolíticas. Fatores que propiciaram, por um lado, um novo posicionamento do país na ordem internacional e, por outro, a demanda por um perfil técnico específico para atingir as metas de produção rural. Sendo possível afirmar que nesta ocasião a ciência se transformou em poder e a técnica em política:

Mais do que nunca é exigido de cada um de vós, que além de homens da ciência, sejam homens capazes de apreender a vossa situação, a da família e da pátria brasileira, e a do mundo todo, para que seja cumprida a vossa alta missão sobre a terra. O vosso bem-estar e o vosso interesse cedem o lugar ao interesse e ao proveito da coletividade a que servis. A vossa missão social assume proporções gigantescas no ritmo da convulsão universal a que somos arrastados. Soldados sois dos mais valiosos para o conjunto porque sois soldados da produção. (...)

Muito há de esperar-se de vossa profissão, que com a agronomia, a veterinária e a química formam o triunvirato da conquista dos elementos básicos à vida confortável do homem sobre a terra. (BMA, dez. 1942, p.65)

O Ministério da Agricultura como órgão de comando da produção básica do país também está mobilizando todas as suas forças e todos os seus recursos. Os seus funcionários, mesmo aqueles em exercício nos mais variados pontos do território nacional, por intermédio dos chefes respectivos, solidarizam-se na hora presente, como soldados do campo, com seus superiores. Comprometeram-se todos a empregar, além das horas do expediente comum, o máximo de energia pela maior produção rural do país. Essa demonstração espontânea dos auxiliares técnicos e administrativos a serviço da produção vem reforçar a confiança na vitória da nossa pátria ao lado da Nações Unidas para as quais necessitamos enviar os recursos econômicos em escala cada vez maior. O desenvolvimento da produção dos campos é um imperativo da nacionalidade, por isso o ministério volta também a apelar para os homens da terra, solicitando dos mesmos a mais decidida colaboração com o governo, certo de que os agricultores demonstrarão mais uma vez o seu acendrado amor ao solo generoso do Brasil. (BMA, ago. 1942, p. 124-125)

Ainda sob gestão de Sales, seria criada a Seção de Segurança Nacional do MA, órgão com comunicação direta com o Conselho de Segurança Nacional, que em conjunto elaborou os planos de mobilização e gestão dos recursos agrários disponíveis nacional e internacionalmente. Ao mesmo tempo, seminários, conferências e publicação de artigos sobre a agricultura nos Estados Unidos foram muito frequentes como modelo a ser seguido no Brasil tanto em tempos de guerra como depois dela. Nelas, tanto a administração pública, as fazendas e as escolas de agronomia do vizinho do Norte eram apresentadas com uma visão idílica do mundo rural, sendo comum a retórica de que os recursos do Brasil garantiriam a vitória do pan-americanismo e a reorganização do mundo após a guerra, isto caso se seguisse o modelo estadunidense de organização da produção (cf. ROCHA, 2021). Talvez por isso, seria na gestão de Sales que os Estados Unidos teriam a maior espaço de ingerência tanto na esfera administrativa, cujos modelos de gestão eram considerados os mais interessantes para a máquina governamental brasileira, quanto nas políticas públicas, nas estratégias empresariais e agrícolas do Brasil.

Alguns dos projetos mais importantes impulsados do intercâmbio técnico entre Brasil e Estados Unidos estiveram relacionados a visitas de técnicos estadunidenses, fosse para prospectar informações sobre a Amazônia e sua produção de borracha em 1941, resultando no melhoramento das instalações e do corpo de técnicos do Instituto Agrônômico do Norte (IAN), fosse para avaliar o potencial de óleos vegetais e estimular a formação de técnicos especializados neste tipo de produção vinculados ao Instituto Nacional de Óleos (INO), ambos institutos de pesquisa vinculados ao MA. Desse modo, é possível perceber como um determinado ramo da produção nacional, até então não tradicional relacionado aos óleos vegetais e à borracha, tornou-se matéria-prima fundamental tanto para impulsionar a indústria nacional de alimentos quanto para apoiar a indústria de guerra, recursos que se contribuíram diretamente para à formação de técnicos e à melhoria dos institutos especializados nestes recursos (ROCHA, 2021)

Deve-se citar também a presença de agências públicas e privadas dos Estados Unidos acordos de cooperação técnica com o MA, os quais deram origem à formação Comissão Brasileiro-Americana de Gêneros Alimentícios (CBAGA), em 1942, visando o abastecimento das tropas militares estadunidenses presentes no país, além de apoiar o abastecimento de zonas

consideradas tradicionalmente mais carentes de recursos, que eram as regiões Norte e Nordeste. Além disso, em 1944, com a criação da Comissão Brasileiro-Americana de Educação das Populações Rurais (CBAR), voltada para a formação da população rural em termos de melhoria da produção e das condições de vida no espaço, seria ensejado um maior controle ideológico e produtivo no espaço agrário brasileiro (ROCHA, 2021). É importante ressaltar que a emergência de um conflito ideológico no cenário internacional, que se expandiria na Guerra Fria, atuou diretamente nas políticas voltadas para a população rural brasileira. A partir desse momento, o MA, seguindo as regulamentações do governo federal, passou a se dedicar aos estudos relacionados à sociologia e economia rural, à ampliação e concessão de direitos aos trabalhadores rurais, como salário mínimo, crédito assistencial, além de estimular expansão do cooperativismo e associativismo, entre outros temas.

Segundo Antônio Tota, essa política de boa vizinhança hemisférica ensejada pela Segunda Guerra carregava consigo uma verdadeira fábrica de ideologias, que se apoiavam no progresso, na ciência, na tecnologia, na abundância, na racionalidade, na eficiência, no gerenciamento científico e no modo de vida padrão dos Estados Unidos, os quais passaram a simbolizar a transformação do mundo natural por meio da ação de homens livres e enérgicos (TOTA, 2000, p. 17-19). Essas ideias talvez expliquem a tendência administrativa do ministro Sales, que segundo Belleza, se destinava a fazer com que os estabelecimentos agropecuários do MA aparecessem como um modelo de produção e que, ao mesmo tempo, tivessem uma maior dimensão econômica, sendo sua gestão orientada à busca de adaptação do agricultor às atividades da terra, ao mesmo tempo em que este pudesse gozar de garantias na sua execução (BELLEZA, 1955, p. 31-32). Nesse sentido, um plano de formação e desenvolvimento da educação rural foi promovido por diversos meios, sendo expandido ou produzindo maiores efeitos em épocas posteriores, tais como com a instituição da Universidade Rural (1943), a criação e incorporação de escolas agrícolas por meio de realização de convênios estaduais e municipais entre outras medidas de perfil educacional, como a formação de clubes agrícolas, a realização de semanas ruralistas (Semana do Fazendeiro), assim como a elaboração da Lei Orgânica do Ensino Agrícola em 1946 e com as primeiras missões agrárias (como a de Itaperuna, em 1949).

Por fim, é importante mencionar um dos órgãos mais importantes do MA relacionado ao fomento agrícola e que teria grande papel durante os anos da Segunda Guerra Mundial que foi o Serviço de Informação Agrícola (SIA). Apesar de não estar diretamente ligado a um departamento produtivo específico, sua atuação foi considerada estratégica para a nova dinâmica agroindustrial a ser promovida no Estado Novo e principalmente durante os anos de conflito bélico internacional. O SIA era o serviço responsável por todo o trabalho documental e de divulgação realizado pelo MA, como traduções, fotografias, catalogação da legislação elaborada, controle dos relatórios e documentos produzidos, biblioteca, publicações, impressão, distribuição, divulgação e informação. Cabe mencionar que o SIA atuou também na coordenação de práticas educativas dirigidas ao meio rural, através da divulgação e organização de diferentes iniciativas, como as Semanas Ruralistas, os Clubes Agrícolas, a divulgação de publicações,

programas radiofônicos e a produção cinematográfica entre outras atividades (SALES, 1945, p. 198-201).

Dessa forma, em termos de difusão ideológica, o papel do SIA foi essencial para fortalecer a ideia de trabalho agrícola e dignidade moral em tempos de guerra. Além disso, o serviço abriu espaço para a penetração do pensamento de correntes intelectuais estadunidenses, entendidas como medida preventiva para o conflito ideológico no campo, especialmente no combate ao comunismo. Tais mecanismos de cooptação ideológica seriam aperfeiçoados e aprofundados no meio rural, principalmente a partir da década de 1950. Nesse sentido, programas voltados à ampliação da vocação agrícola dentro das escolas foram expandidos, assim como foram fomentadas a promoção de jovens lideranças rurais a fim de estabelecer uma educação com sentido prático, de cuidado com a terra e o trabalho, direcionando as crianças brasileiras para as atividades no campo (RMA, 1942-2, p. 264).

O SIA foi responsável pela coordenação dos Clubes Agrícolas e do programa Hortas da Vitória, esta última uma campanha para incentivar o cultivo de leguminosas e hortaliças nos bairros urbanos a fim de evitar desabastecimento durante a Segunda Guerra Mundial. Os clubes agrícolas eram instituições de ensino sob responsabilidade do MA e unidades vinculadas às escolas primárias rurais subordinadas ao Ministério da Educação e Saúde (MES), que atuaram entre os anos de 1942-1958. A sua missão era dignificar o trabalho manual, elevando e estimulando nos jovens a vocação e a profissão de agricultor, bem como inspirando, na consciência dos seus membros o "amor pela terra". Operando com pleno êxito, entre 1940 e 1944, foram registrados 886 clubes em todo o país, os quais atuaram em colaboração com a Legião Brasileira de Assistência (LBA), agência de assistência pública brasileira fundada em 1942 pela primeira-dama Darcy Vargas (1895-1968), sendo que seu número chegaria a 2.541 em 1955.

Nesses clubes, eram fornecidos pacotes de ferramentas diversas, sementes, fertilizantes e distribuídas publicações didáticas (eram comuns cartilhas infantis como *Os Amigos do João Enxada*, de Waldemiro Potsh e *Brincar e Aprender*, de Fleury Filho). Por outro lado, também foram criados os clubes 4S inspirados nos clubes 4H dos Estados Unidos (*Head, Heart, Hand and Health*), que deviam estimular o saber, o sentir, o servir e a saúde na juventude rural. É importante notar que a SIA se dedicou abertamente à divulgação desses clubes em campanha nacional, sendo recorrente a defesa de sua proliferação nos boletins ministeriais. O Boletim Ministerial do MA de abril de 1945, por exemplo, apresentava em números a ampla difusão dos clubes agrícolas em outros países da América Latina, como Chile, Cuba, Haiti, Peru e Venezuela, destacando que no próprio Estados Unidos os jovens membros do clube haviam conseguido produzir o suficiente para fornecer alimentos a um milhão de soldados por um ano, em 1944 (BMA, abr. 1945, p. 68-69).

É interessante notar que nas Hortas da Vitória e nos clubes agrícolas houve grande participação de monitoras treinadas para preparar a terra, oferecer assistência técnica e prática, além de ensinar o melhor uso do solo pelos jovens vinculados a esses programas. As monitoras eram principalmente mulheres jovens formadas em cursos de monitoramento agrícola

promovidos pela LBA. Desta forma, abriu-se um espaço para as mulheres nos assuntos agrícolas, função que seria expandida no período da Guerra Fria, especialmente pela maior difusão dos cursos de Economia Doméstica e Assistência Social visando a inclusão social da mulher rural no contexto bipolar. Deve-se mencionar ainda que na maioria das vezes os clubes agrícolas eram financiados por empresas nacionais e internacionais (como a *United States Agency for International Development (USAID)*, a *American International Association for Economic and Social Development (AIA)*, o *Escritório Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos (ETA)*, a *Coca-Cola Indústria e Comércio Ltda.*, a *Esso Brasileira de Petróleo S.A.*, a *Ford Willys do Brasil S.A.*, entre outras (cf. ROCHA, 2021).

A interferência dos Estados Unidos no SIA durante os anos da guerra também se deu por meio de um acordo com o Departamento de Agricultura daquele país para tradução, impressão e distribuição de suas publicações. As obras traduzidas tiveram como público-alvo o leitor tanto das classes rurais, por meio de cartilhas educativas e material pedagógico para a substituição de métodos considerados tradicionais na agricultura nacional por práticas agrícolas modernas, quanto os técnicos do MA, a fim de facilitar a divulgação de novas técnicas e pesquisas adequadas ao desenvolvimento da produção rural. Para ter uma dimensão do material produzido, a tabela abaixo identifica alguns dos principais números estatísticos produzidos entre os anos de 1939 a 1944:

Quadro 1 – Números de trabalhos produzidos pelo SIA (1939-1944)

Trabalhos	Números
Traduções	6 livros e 360 folhetos do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos
Fotografias	7.798 fotografias catalogadas e arquivadas sobre temas agropecuários e de mineração
Legislação	26.129 fichas de leis federais e estaduais de assuntos econômicos catalogados
Biblioteca	8.500 volumes (entre livros e folhetos), 64.352 publicações recebidas do país e do exterior; 8.227 revistas, 4.761 boletins; 744 mapas, cartazes e plantas registrados e arquivados
Relatórios	455 recebidos e arquivados
Impressões	284 publicações, com 726.500 exemplares, 104 mapas e plantas com 243.570 exemplares; 2.169 modelos de material de expediente, com 7.784.478 exemplares
Publicações	962 editadas com 3.956.558 exemplares
Distribuição	1.834.139 exemplares, beneficiando 97.660 personas e instituições nacionais e internacionais

Divulgação	13.600 notas e comunicados previstos aos departamentos de imprensa de todo o país; 846 reportagens e entrevistas sobre órgãos e atividades do MA; 36 conferências da série "Marcha para o Oeste"
Informações	5.533 pessoalmente; 11.187 por correspondência

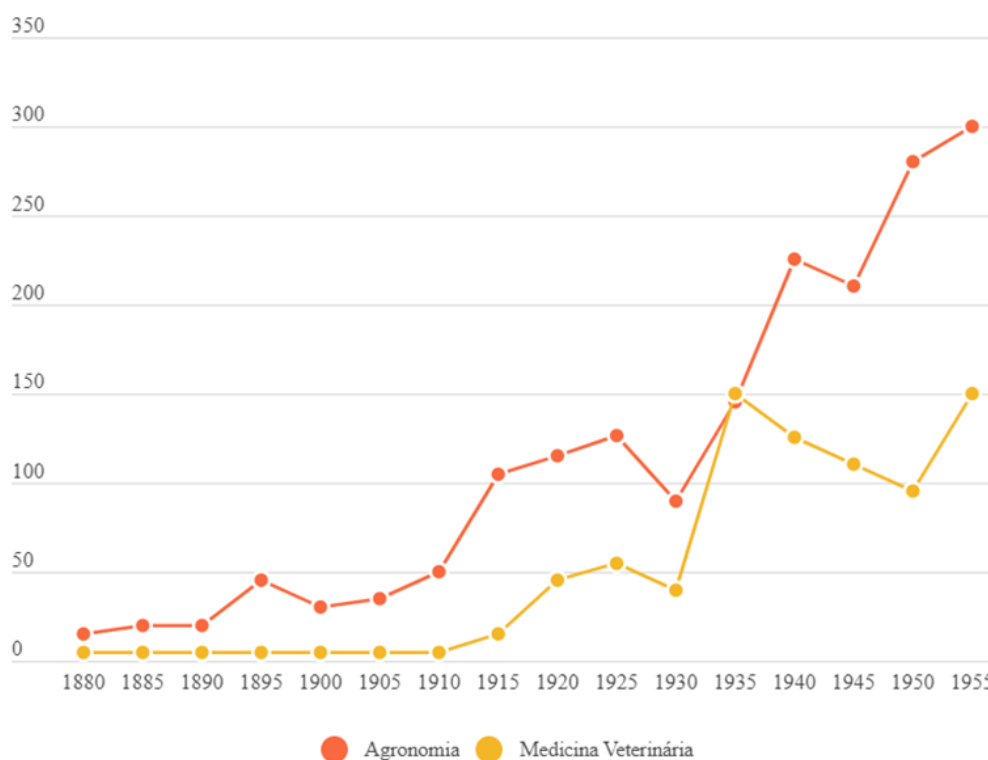
Fonte: RMA, Ministro Apolônio Sales, 1930-1944, p. 381-383.

O Ministério da Agricultura e a profissionalização da burocracia técnica durante a Segunda Guerra Mundial

Com base na análise de documentos oficiais encontrados do MA, construiu-se a interpretação de que a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e a expansão dos mercados internacionais de produtos nacionais evidenciaram a falta de recursos humanos com capacidade técnica dentro do aparelho de Estado para atender às demandas produtivas regionais. Tais fatores, no início da década de 1920, contribuíram tanto para a consolidação das carreiras agrotécnicas como para a própria figura do especialista agrário - o técnico com legitimidade científica para catapultar a produção agrária dos mais diversos produtos e conduzir a massa rural à produção racional. A partir desse período, o Estado se viu pressionado pelas elites produtivas regionais a investir na formação de pessoal, na criação de instituições científicas, em apoiar comunidades de produção científica, o que ganharia novo impulso a partir de 1930, a partir das reformas estruturais do varguismo (cf. ROCHA, 2021).

Nesse sentido, pode-se afirmar que, se durante a Primeira Guerra Mundial relatórios dos ministros do então Ministério de Agricultura, Indústria e Comércio (MAIC) identificaram a ausência de técnicos de Estado para impulsar os projetos agrários, num período imediatamente prévio e durante a Segunda Guerra Mundial, o Estado brasileiro promoveu investimentos para a alta formação profissional de técnicos ligados às ciências agrônômicas, bem como agenciou sua inserção nos quadros do Estado. Além disso, passou a ser estimulada não só a sua formação em termos educacionais, mas também a organização profissional e a regulamentação das carreiras, gerando uma nova dinâmica de ingresso nas escolas superiores e técnicas, como propiciando novas demandas de classe dentro do aparelho estatal. O quadro abaixo apresenta uma evolução dos números de formados em Agronomia e Medicina Veterinária entre 1880 e 1955, dados que corroboram os resultados encontrados nesta pesquisa.

Quadro 2 – Evolução do número de agrônomos e médicos veterinários no Brasil (1880-1955)



Elaborado por Carlos Taylor da Cunha Mello. Fonte: ABCAR, *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura*, 1961, p. 49-50.

Dessa forma, a própria presença de dois agrônomos no posto de ministro, no caso Costa e Sales, confirmou o alto valor que o conhecimento tecnocientífico assumiu dentro do aparato estatal, algo que contribuiu para a realização de projetos do Estado relacionados com a reorientação da produção nacional aos sectores estratégicos essenciais para o plano de industrialização interna, como para suprir as demandas geradas pela Segunda Guerra Mundial. Essa nova orientação exigiu investimentos na formação técnica do pessoal à disposição do Estado, fazendo com que fossem criados importantes mecanismos institucionais para tais fins, tais como: o Centro Nacional de Ensino e Pesquisa Agrônômica (CNEPA); o Serviço Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA); diferentes institutos de pesquisa agropecuária (como o Instituto Nacional de Óleos - INO, por exemplo); a Superintendência de Educação Agropecuária (SEAV); e os cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão (CAE),

O CNEPA criado em 1938, foi um órgão que integrou a ciência e a educação num centro de excelência para o aperfeiçoamento e profissionalização dos quadros existentes no ministério. A ele foram incorporados os Institutos de Experimentação Agrícola, de Ecologia e Agropecuária (posteriormente transformado em Instituto Federal de Ecologia), de Química Agrícola e a Escola Nacional de Agronomia (ENA). A partir de abril de 1940, seria dada uma nova dinâmica mais formativa e destinada ao aperfeiçoamento do quadro técnico à disposição do MA, sendo incorporados ao CNEPA a Escola Nacional de Veterinária (ENV), o Laboratório Central de Enologia

e o Instituto Nacional de Óleos (INO), além dos cursos de aperfeiçoamento e especialização criados em 1939. Na opinião de Grillo, diretor da ENA, a união das atividades de ensino e pesquisa permitiria a constituição de um quadro inicial de profissionais capazes de cumprir os altos fins a que se destinava a nova organização, tornando-se o CNEPA o órgão central e norteador das demais instituições experimentais da agricultura dispersas por todas as regiões do Brasil (GRILLO, 1939, p. 8).

Outra grande inovação administrativa ocorreu com a criação do SNPA em 1944, o qual era constituído pelos institutos de: Produtos Químicos Agrícolas; de Fermentação; de Óleos; além dos Agrônômicos do Norte (localizado na cidade de Belém, Pará), do Nordeste (em Recife, Pernambuco), do Sul (na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul), do Leste (em Cruz das Almas, Bahia) e do Oeste (em Sete Lagoas, Minas Gerais), e do Instituto de Ecologia e Experimentação Agropecuária, órgão central desse subsistema (localizado em Campo Grande, Rio de Janeiro). O SNPA seria limitado à direção do CNEPA. Relativamente a estes institutos regionais, é importante destacar que constituíam uma rede de estações experimentais criada com o objetivo de promover produtos de valor econômico nas diferentes zonas climáticas do país. Eles se inspiraram no modelo inglês de rede de estações experimentais e tinham como objetivo encontrar soluções para o desenvolvimento de problemas relacionados à questão dos recursos naturais nas diferentes regiões agroecológicas do Brasil (cf. ROCHA, 2021).

A criação da SEAV em 1938 foi, segundo o relatório do ministro Sales, uma criação integral do presidente Getúlio Vargas, e é possível inferir que se tratava de um órgão regulador e controlador da educação agrônômica em todos os seus níveis. A razão disso é que ao MA coube a responsabilidade de manter e fiscalizar o ensino agrícola e veterinário em todos os seus graus (básico, intermediário e superior), bem como o exercício das profissões, o registro dos respectivos diplomas, proporcionar ensino fundamental e médio em agricultura, promover a educação direta das populações rurais e realizar estudos e pesquisas educacionais aplicadas à agricultura (SALES, 1945, p. 309-310).

A partir da Segunda Guerra Mundial, a SEAV adotou a intensificação de cursos complementares voltados especialmente para a população adulta, o que representou uma mudança de orientação na política de educação do campo do Brasil, antes voltada para a educação de crianças e jovens. Os cursos de adaptação visavam uma melhor qualificação profissional, a curto prazo e para objetivos específicos, em qualquer ramo das inúmeras especialidades agrícolas, com vistas ao aumento da produção nacional. Nesse sentido, diversos programas de educação de adultos foram promovidos com o apoio de instituições privadas e filantrópicas, por meio de um sistema de convênios com a SEAV, como a Semana do Fazendeiro realizada pela Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária de Viçosa (ESAV) e as missões rurais promovidas pela Ação Católica Nacional por meio de suas dioceses. Desta forma, com o objetivo de expandir a missão educativa para o campo a um grande número de pessoas, a SEAV procurou os meios de transmissão mais importantes como o cinema, a rádio e a imprensa, seguindo uma orientação pedagógica adaptada à época (cf. ROCHA, 2021).

Um dos institutos que mereceu destaque durante a Segunda Guerra Mundial foi o Instituto Nacional de Óleos (INO) (1939), órgão de pesquisa em óleos vegetais e plantas oleaginosas do país. Dada a falta de técnicos especializados no tema de óleos vegetais no Brasil, foi aprovada a proposta de Luís Simões Lopes de convidar técnicos de vários órgãos do governo do Estados Unidos e de empresas privadas daquele país para elaborar uma proposta de melhoria para o instituto. Segundo o agrônomo Joaquim Bertino de Moraes Carvalho (1897-1977), primeiro diretor do INO, a ideia era dar continuidade à execução de um programa pan-americano em que os Estados Unidos mandariam professores e pesquisadores ao órgão, ao mesmo tempo em que abririam espaço nos mercados estadunidenses para produtos nacionais (BMA, jan.-jun. 1940, p. 1-7).

Em 1942, uma equipe de 10 técnicos americanos integrou-se à Comissão Brasileiro-Americana de Técnicos em Óleos Vegetais, sob a orientação do diretor do INO, e juntos percorreram estados do Norte do Brasil, além dos estados de Minas Gerais e São Paulo com o objetivo de estudar a situação dos óleos nestas regiões, visitar as fábricas mais importantes, bem como as instituições de ensino e investigação existentes nessas zonas. Os objetivos da missão eram desenvolver e organizar o INO e formar técnicos brasileiros especializados em óleos vegetais, por meio de cursos técnicos, a fim de garantir que os Estados Unidos pudessem ter maior produção de óleos fabricados no Brasil. Como resultado dessa missão se produziu um relatório intitulado *O Brasil e os óleos vegetais*, documento que foi traduzido pelo SIA do MA, cujo teor consistia em fornecer sugestões para o bom funcionamento do recém-inaugurado INO e para a melhoria do aparato industrial de óleos vegetais no país. O relatório deixava claro que a principal sugestão da comissão era a da urgência em formar quadros técnicos para melhorar a qualidade do material exportado aos Estados Unidos, tanto para apoiar os esforços de guerra como para sua indústria nacional. Para isso, era fundamental aprimorar o potencial técnico brasileiro, que era realmente deficiente, conforme atestaram os especialistas estadunidenses em sua excursão pelo país (SIA/MA, 1942, p. 41-47).

Em termos de oferta de cursos em território nacional, os cursos de aperfeiçoamento, especialização e extensão (CAE) (1939), integrados no CNEPA e orientados pelo DASP e o MA, são representativos do esforço do Estado em capacitar técnicos estatais, especialmente qualificando profissionais em áreas produtivas, gerenciais ou de especialização nas quais o governo buscou desenvolver capital intelectual para o avanço de seus projetos mais urgentes, e ao mesmo tempo responder às demandas de profissionalização originadas de seu próprio corpo de técnicos.

Fica bem claro que os tempos do Estado não caminhavam necessariamente em sincronia com a velocidade de desenvolvimento das carreiras agrícolas, tornando a interferência do Estado na formação de pessoal técnico uma realidade constante. Segundo um artigo da RSP de julho de 1942, os CAEs surgiram como uma necessidade do governo de aprimorar a formação técnica e promover o aperfeiçoamento dos servidores públicos, assim como a atualização de seu conhecimento, ampliando horizontes e equiparando-os às conquistas modernas em diversos setores de atividade, por meio de uma formação segura, que os preparasse para a execução de

programas de trabalho compatíveis com as necessidades brasileiras, aumentando sua capacidade e desempenho (RSP, jul. 1942, p. 116-119).

Os CAEs contavam com a participação de professores de prestígio nacional e internacional, como: Alfred F. Camp, da Universidade da Florida, especialista em nutrição de plantas e pragas de citros; o renomado biólogo e geneticista ucraniano Theodosius Dobzhansky (1900-1975), da Universidade de Columbia; Agesilau Bitancourt (1899-1987), fitopatologista do Instituto Biológico de São Paulo; José Setzer, especialista em solos e Carlos Arnaldo Krug (1906-1973), geneticista, ambos do Instituto Agrônomo de Campinas; e Karl Siberschmit, chefe da seção de fisiologia vegetal do Instituto Biológico de São Paulo. Os alunos que obtinham a primeira classificação nos diferentes cursos foram premiados com viagens ao exterior, e eram aceitas inscrições de servidores públicos de governos estrangeiros, devido aos acordos culturais firmados entre o Brasil e países como Bolívia, Chile e Paraguai a partir de 1943 (RSP, jul. 1942, p. 116-119).

Sobre a formação de técnicos no exterior, o Boletim Ministerial de dezembro de 1942 oferece algumas pistas. O artigo do professor de geologia agrícola da ENA, Alcides Franco, ressaltava que as reformas na administração pública fariam sentido se o aperfeiçoamento e a renovação intelectual de seus técnicos ocorressem paralelamente. Segundo ele, o Brasil se destacou por oferecer educação gratuita a seus servidores, o que permitiu a ampliação das matrículas em diversos cursos para professores de escolas agrícolas, veterinárias, aprendizes agrícolas, além de técnicos estaduais e municipais. Franco destacou que diversos cursos haviam despertado o interesse de um grande número de servidores (como o de gasogênio, de inseminação artificial, de fiscalização sanitária, de laticínios, de matemática para químicos, de meteorologia e de topografia), sendo, porém, o curso de língua inglesa o mais concorrido, ou seja, cursos que mais se adequavam às necessidades da guerra. Em suas palavras, em 1942, havia oito cursos regulares de inglês com 277 alunos. Isso se dava porque os graduados com pontuação média acima de 90 pontos poderiam se candidatar a prêmios de viagem ao exterior para complementar sua formação. Na opinião de Franco, essa realidade dificilmente seria possível sem a aliança entre o DASP e o MA, além do fato de que os cursos haviam recebido grande incentivo dos ministros da agricultura, Costa e, depois, Sales (BMA, dez. 1942, p. 86-87).

Cabe ainda mencionar que existia uma Comissão de Eficiência formada por servidores do DASP e do MA, sendo o órgão que tinha o poder de decisão final sobre a seleção de técnicos que se candidatavam a realizar intercâmbios no exterior, especialmente para treinamento em universidades nos Estados Unidos (como Flórida ou Cornell, na Califórnia), em regime de convênios com instituições privadas, ou com a participação direta de agências e departamentos norte-americanos (como o Departamento de Agricultura – USDA e o Escritório Técnico de Agricultura Brasil - Estados Unidos – ETA). Dessa forma, o Brasil se inseriu no mapa dos intercâmbios tecnocientíficos agrários, integrando-se a uma rede internacional de conhecimento técnico por meio de bolsas oferecidas a agentes do Estado em universidades, departamentos e organizações estadunidenses ou estrangeiras, promoveu-se a formação de lideranças técnicas

em nível nacional, mas com alta interação com o mercado global de matérias-primas. Esse capital intelectual tornou-se uma importante ferramenta em um momento de aumento da capacidade estatal, de maior interação econômica, comercial e produtiva com o mercado internacional de *commodities* e em uma fase de plena transição do modelo agroexportador para o modelo urbano-industrial.

Conclusão:

É importante entender que os campos de ação que o MA tinha sob sua responsabilidade se tornaram estratégicos durante as reformas políticas e administrativas nacionais, especialmente quando se entende que a meta industrial foi amparada pelo motor da agricultura, e durante o conflito bélico mundial, quando o país se torna fornecedor de matérias primas essenciais para a guerra. Assim, é possível afirmar que o Estado Novo e a Segunda Guerra Mundial atuaram como catalizadores das transformações técnicas dentro do aparato burocrático nacional. Por um lado, o governo brasileiro priorizou os perfis técnicos em cargos de poder, ratificando as reformas administrativas varguistas que visavam inserir pessoal especializado em cargos-chave da política nacional, a fim de tornar mais eficaz e racional a gestão do campo. Por outro lado, a interação de dupla via com os Estados Unidos no setor agrário promoveu o investimento do conhecimento técnico-científico em produtos de alto valor econômico e industrial e na formação de técnicos com conhecimento especializado em determinados recursos naturais e metodologias. Isso contribuiu tanto com a produção de recursos essenciais para a indústria bélica quanto para o aumento da produção nacional de alimentos, a qual visava tanto o abastecimento interno como um mercado internacional em expansão. Por fim, é possível afirmar que a Segunda Guerra Mundial teve como efeito colateral o investimento na melhoria das instituições de pesquisa agrícola, assim como a formação dos servidores do ministério, atuando como motor de troca de conhecimentos em matéria agrária no continente, e na formação de quadros técnicos do MA. Assim, o MA atuou como caixa de ressonância das reformas políticas ocorridas no Estado Novo e do processo de aproximação com os países aliados, o que representou uma renovação da composição profissional dos quadros técnico-burocráticos do ministério, bem como das tarefas e funções que esses quadros desenvolveram a partir de então.

Referência:

Fontes

ABCAR. Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural. *Técnicos para o desenvolvimento da agricultura – formação profissional e mercado de trabalho*. Rio de Janeiro, 1961.

BMA. Boletim do Ministério da Agricultura (1930 – 1947). O maior núcleo de técnicos de valor do Brasil. Rio de Janeiro, jul. 1941.

BMA. Boletim do Ministério da Agricultura (1930 – 1947). A colação de grau dos agronomandos de 1940. Rio de Janeiro, dez. 1940.

BMA. Boletim do Ministério da Agricultura (1930 – 1947). Visão Panorâmica da Economia Rural em face da Guerra. Rio de Janeiro, ago. 1941.

BMA. Boletim do Ministério da Agricultura (1930 – 1947). Produzir mais e melhor. Rio de Janeiro, jan. 1942.

BMA. Boletim do Ministério da Agricultura (1930 – 1947). A ação ruralista do Presidente Vargas. Rio de Janeiro, abr. 1942.

BMA. Boletim do Ministério da Agricultura (1930 – 1947). Os novos veterinários, discurso pronunciado pelo ministro Apolônio Sales, paraninfo da turma de 1942, da Escola Nacional de Veterinária. Rio de Janeiro, dez. 1942.

BMA. Boletim do Ministério da Agricultura (1930 – 1947). O Ministério de Agricultura mobilizado para a vitória do Brasil. Rio de Janeiro, ago. 1942.

BMA. Boletim do Ministério da Agricultura (1930 – 1947). A campanha dos clubes agrícolas. Rio de Janeiro, abr. 1945.

BMA. Boletim do Ministério da Agricultura (1930 – 1947). O Ensino e a indústria de óleos vegetais no Brasil. Rio de Janeiro, jan-jun 1940

BMA. Boletim do Ministério da Agricultura (1930 – 1947). A formação de técnicos especializados para a agricultura. Rio de Janeiro, dez. 1942, p. 86-87.

RMA. Relatório do Ministério da Agricultura (1930-1955). Ministro Apolônio Sales. Rio de Janeiro, 1942-2, p. 264.

RMA. Relatório do Ministério da Agricultura (1930-1955). Ministro Fernando Costa. Rio de Janeiro, 1932-2.

RSP. Revista do Serviço Público. Editorial, A reorganização do Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, jan. 1939, v.1, n.1.

RSP. Revista do Serviço Público. Cursos de aperfeiçoamento e especialização do Ministério de Agricultura. Rio de Janeiro, jul. 1942, v.3, n.1.

SIA/MA. Serviço de Informação Agrícola/Ministério da Agricultura. *O Brasil e os óleos vegetais - relatório da Comissão Americana de Técnicos em Óleos Vegetais*. Rio de Janeiro, 1942.

Bibliografia

BELLEZA, Newton de Castro. *Evolução do Ministério da Agricultura*. Rio de Janeiro: MA, 1955.

BRASIL, Felipe Gonçalves, CEPÊDA, Vera Alves & MEDEIROS, Tiago Batista. O DASP e a formação de um pensamento político-administrativo na década de 1930 no Brasil. *Temas da Administração Pública*, v.9, n.1, 2014, pp.1-21. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/125197>. Acesso em 10 de junho de 2022.

CERVO, Amado & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília: Universidade de Brasília, 2015.

FAUSTO, Bóris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2001.

GRILLO, Heitor da Silveira. A reforma do Ministério da Agricultura. *RSP. Revista do Serviço Público*. Rio de Janeiro, v.1, n.1, Janeiro, 1939, p. 5-9.

MENDONÇA, Sônia Regina. Sociedade civil, sociedade política e agricultura no Brasil (1910-1945). *História e Perspectivas*, Uberlândia, v.48, jan.-jun. 2013, p. 43-80.

MITCHELL, Timothy. *Rule of experts: Egypt, technopolitics and modernity*. Berkeley: University of California Press, 2002.

ROCHA, Carolina da Cunha. *Cultivando el Estado, sembrando el progreso: el Ministerio de Agricultura y la formación de la tecnocracia agraria de Brasil (1930-1955)*. 2021. Tese (Doutorado em História) – El Colegio de México, 2021.

SÁ, Dominichi Miranda de. *A Ciência como profissão: médicos, bacharéis e cientistas no Brasil (1895-1935)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

SALES, Apolônio. *O Ministério da Agricultura no governo Getúlio Vargas (1930-1944)*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1945.

SARAIVA, Thiago. *Fascist pigs technoscientific organisms and the history of facism*. Cambridge: MIT Press, 2016.

TOTA, Antônio Pedro. *O imperialismo sedutor: a americanização do Brasil na época da Segunda Guerra*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.